



INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - IBDAH

CNPJ Nº 07.267.476/0001-32

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar - IBDAH, CNPJ Nº 07.267.476/0001-32, apresenta o seu balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em cumprimento ao que determina o seu Estatuto Social e legislação pertinente, Lauro de Freitas, 25 de abril de 2022.

Table with multiple columns: BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020, DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020, and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020. Includes detailed financial data and explanatory notes.



...continuação - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - IBDAH

DESCRIÇÃO	2021	2020	DESCRIÇÃO	2021	2020
ECLIN GESTAO EM ENGENHARIA CLINICA LTDA	355.680	72.000	COFINS A RECOLHER	746	20.111
COELBA	137.394	11.614	IR S/ FOLHA	327.803	439.073
EMBASA	101.310	110.470	INSS SERV PREST PF	-	538
R L TURISMO E VIAGENS LTDA	117.611	57.196	INSS P J A RECOLHER	288.477	305.289
FOODS SERVICE LTDA	2.088.726	196.232	ISSQN (IBDAH)	281.824	540.876
DEMAIS CONTAS A PAGAR (1)	13.356.871	15.422.227	TOTAL	1.771.345	2.494.021
TOTAL	22.465.766	21.511.002			
NOTA 15 - PARCELAMENTO DE IMPOSTOS CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE - A composição desta conta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:					
DESCRIÇÃO	2021	2020	DESCRIÇÃO	2021	2020
SALARIOS A PAGAR	552.532	4.760.631	CURTO PRAZO	390.283	335.402
INSS S/FOLHA	784.567	980.371	PARCELAMENTO C.P INSS	25.899	70.297
FGTS A RECOLHER	762.814	1.002.007	PARCELAMENTO C.P IR S/FOLHA/PF/PJ	39.352	107.194
ENCARGOS TRABALHISTAS	22.339.742	29.672.182	CPARCLCLELAMENTO C.P PIS/COFINS/CSLL	31.699	85.590
OBRIÇAOES COM TERCEIROS	74.720	94.631	PARCELAMENTO PGN C.P IR/S/FOLHA/PF/PIS/COFINS/CSLL	81.321	-
TOTAL	24.514.375	36.509.823	PARCELAMENTO PREV INSS S/FOLHA	134.645	-
NOTA 16 - PROVISÕES FISCAIS - Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:					
DESCRIÇÃO	2021	2020	DESCRIÇÃO	2021	2020
I.R. PESSOA JURIDICA	254.669	316.307	PARCELAMENTO PERT C.P	-	45.244
I.R. PESSOA FISICA	43.086	84.592	PARCELAMENTO ISS C.P.	77.368	27.077
IRRF COOPERATIVA	-	10.953	LONGO PRAZO	-	86.243
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	574.740	771.926	PARCELAMENTO ISS L.P.	-	86.243
PIS A RECOLHER	-	4.357	TOTAL	390.283	421.645
NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - A composição desta conta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:					

contábeis e as operações do Instituto estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo; b) Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou a existência de uma pandemia mundial através da transmissão comunitária do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Com a crescente propagação do vírus no mundo e no Brasil, as empresas adotaram medidas, em atendimento a OMS, visando restringir a aglomeração, a circulação de pessoas e o contato social para reduzir a possibilidade de contágio, tais como: Regime de Home Office e teletrabalho para colaboradores, inclusive os acima de 60 anos e pertencentes ao grupo de risco; Trabalho em regime de rodízio entre os funcionários de cada setor; Intensificação da higienização das áreas comuns, com frequência maior e soluções eficazes para a correta erradicação do vírus; Antecipação de férias; Disponibilização de produtos adequados para higienizar as mãos, em fácil acesso, com água e sabão e/ou álcool 70%; Flexibilização de horários de entradas e saídas; Flexibilização dos horários de refeições e uso de espaços internos de forma a evitar aglomerações e assegurar o distanciamento mínimo entre as pessoas; Adoção de um protocolo de triagem na entrada de todos os funcionários, aferindo a temperatura e verificando a existência de possíveis sintomas comuns ao novo coronavírus.

Salvador - Ba, 31 de dezembro de 2021.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Diante dos dados contábeis e financeiros expostos, o Conselho Fiscal, foi unânime, deliberando em consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis consolidadas, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar - IBDAH, as quais foram também auditadas por uma empresa de auditoria independente. Lauro de Freitas, 25/04/2022.

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente - Alfredo Silva dos Santos - CPF 386.599.647-72
Diretor Adm. Financeiro Waldemar Cideira Dórea Filho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Manoel Santos da Silva Júnior
Carolina Broxado Chaves Lemos
Carlos Eduardo Costa de Carvalho
José Oliveira Sousa

CONSELHO FISCAL
Efetivos
Presidente: Rita de Cassia Santos de Souza Castro
Arsênio D'Almeida Pereira Neto
Bárbara da França Pinho

Suplentes
Manoel Ribeiro Soares Filho / Calle de La Toufi / Simone Pereira da Silva
Contador
Davi P. da Silva - CRCBA 023140/O-0

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado para o interesse público. Salvador, 29 de abril de 2022.

EC Diferencial Auditores e Consultores Independentes Ltda
CNPJ: 22.969.924/0001-33
CRC/BA - Nº 6814/O-2
Cláudia Regina Cardoso Lima - Sócio - CRC/BA nº. 022611/0-1-CNAI - nº 4757

RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2021

Ilmº Srs.
DIRETORES, CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - IBDAH

Lauro de Freitas - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - IBDAH, referentes aos contratos de gestão com o Hospital Geral Costa do Cacau - HGCC, Hospital Manoel Victorino - HMV, Hospital Regional Dantas Bão - HRDB, Hospital 2 de Julho - H2J, Hospital Alayde Costa - HAC, Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA) de San Martin, Unidade de Pronto Atendimento 24 h (UPA) de São Marcos, Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA) de Vitória da Conquista, Unidade Pernambucana de Atenção Especializada (UPAE) Abreu Lima, Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat e Ambulatório Médico de Especialidades AME/SALTO, Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Viámã, Unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA), Hospital de Cirurgias do Reoñcavo - HCR, Hospital Luiz Argolo, Unidade de Emergência de São Caetano - UESC, Clínica de Diálise de Bom Jesus da Lapa, HOME/CARE, Clínica de Diálise de Cruz das Almas, Pronto Atendimento de IPIAU, Policlínica Humildes, Policlínica São José que compreendem o balanço patrimonial e financeiro de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações; do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis - Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - IBDAH em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeira** - **Estoques** - Não acompanhamos o inventário físico dos estoques do Hospital Manoel Victorino - HMV, Hospital 2 de Julho - H2J, Hospital Alayde Costa - HAC, Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA) de Vitória da Conquista, Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat e Ambulatório Médico de Especialidades AME/SALTO, Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Viámã, Unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA), Hospital de Cirurgias do Reoñcavo - HCR, Hospital Luiz Argolo, Unidade de Emergência de São Caetano - UESC, Clínica de Diálise de Bom Jesus da Lapa, HOME/CARE, Pronto Atendimento de IPIAU, Policlínica Humildes, Policlínica São José para fins de conferência com os registros contábeis da Entidade. Os procedimentos alternativos adotados não foram suficientes para atestarmos os saldos dos estoques, conforme Nota Explicativa nº 7. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase. a) Teste de Impairment / Imobilizado** - O

Instituto procedeu análises e acompanhamentos internos que indicam não haver apontamento para realização de estudo de recuperabilidade dos ativos imobilizados (Teste de Impairment). Com isso, não realizou esse estudo no exercício de 2021, conforme previsto nas normas contábeis: CPC 01 (R1), IASB: IAS 36, CVM 639/2010 e CFC - NBC TG 01 (R4), todos tratam da Redução ao Valor Recuperável. O Ativo Imobilizado líquido do Instituto é de R\$ 3.765.842 corresponde a 3,80% do Ativo Total, detalhada na Nota Explicativa nº 10, por ser valor irrelevante para possíveis problemas nas demonstrações financeiras, chamamos, apenas, atenção para sua realização no exercício de 2022. **b) Cartas de Circularização** - Não obtivemos a totalidade das respostas das cartas de circularização, fato importante nos comparativos de informações externas. Entretanto, realizamos maiores porcentagens de testes documentais para nossa razoável segurança. Chamamos, apenas, atenção da importância das informações externas contidas nas respostas das cartas de circularização, onde a administração deve realizar maiores cobranças de retorno. **c) Não realizamos visitas nas unidades a seguir:** Hospital Manoel Victorino - HMV, Hospital 2 de Julho - H2J; Hospital Alayde Costa - HAC; Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA) de Vitória da Conquista; Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat e Ambulatório Médico de Especialidades AME/SALTO; Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Viámã; Unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA); Hospital de Cirurgias do Reoñcavo - HCR; Hospital Luiz Argolo; Unidade de Emergência de São Caetano - UESC; Clínica de Diálise de Bom Jesus da Lapa; HOME/CARE; Pronto Atendimento de IPIAU; Policlínica Humildes; Policlínica São José. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Os procedimentos de auditoria incluíram a análise documental dos processos supracitados correspondente a ressalva e às ênfases. Nossas conclusões e recomendações consistem nos relacionamentos contábil e administrativo entregues à Administração de forma detalhada. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras** - A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria** - Não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. Apenas temos os pontos de ressalvas e de ênfase para melhores acompanhamentos da Administração. **Outros Assuntos. a) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de agosto de 2021, com ressalva de Estoques, Ativo Imobilizado, Circularizações. **b) Isenção de Carga Tributária** - De acordo com a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, a Receita Federal do Brasil considera isenta da carga tributária dos impostos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS S/ FATURAMENTO, as instituições de caráter filantrópico, recreativos, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos. A referida Lei determina que o PIS seja calculado sobre a folha de pagamento. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto, conforme Nota Explicativa nº 19. **c) Eventos**

Subsequentes - COVID - 19 - O Coronavírus - COVID 19, pandemia devastadora com diversas consequências para a saúde humana e saúde financeira das pessoas físicas e jurídicas trouxe prejuízos nos aumentos dos quantitativos e valores de diversas despesas e custos para operação hospitalar. Podendo prejudicar as negociações futuras com aumento da recessão financeira. Sobre a redução de aglomeração tanto para os funcionários como para os auditores, a execução dos trabalhos foi realizada de forma presencial e digital, com entrega de documentações/informações digitalizadas através de e-mail e como a utilização de ferramentas de comunicação remota, principalmente nos debates técnicos nas reuniões por videoconferência. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis em consonância com a Lei 11.638/07 adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. • Se concluirmos que existe incerteza

LOGÍSTICA

Recebimento, distribuição, movimentação, armazenamento, com gerenciamento e controle das informações.

EGBA: 71 3117 2157 / 2535

www.egba.ba.gov.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança nas transações eletrônicas.

EGBA: 71 3116 2137 • www.egba.ba.gov.br

DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras, com baixo custo e segurança.

EGBA: 71 3116 2850 / 2133

www.egba.ba.gov.br

GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e guarda de documentos.

EGBA: 71 3117 2517 / 2535

www.egba.ba.gov.br